

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.517 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2002

CPMF é prorrogada

Congresso Nacional promulgou ontem à noite a proposta de emenda à Constituição que prorroga até 31 de dezembro de 2004 a cobrança da CPMF, aprovada à tarde pelo Plenário do Senado

Ramez Tebet, ao lado do presidente da Câmara, Aécio Neves, preside sessão que promulgou emenda aprovada pelo Plenário do Senado

A proposta que estende o prazo para cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) teve 58 votos a favor, sete contra e duas abstenções. O texto foi aprovado sem a exigência do prazo de 90 dias entre a promulgação e o reinício da cobrança da contribuição, a chamada noventena. O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que a supressão desse prazo tem amparo legal, pois a dúvida já foi dirimida pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar ação impetrada pelo Partido dos Trabalhadores. De acordo com a emenda, a alíquota da CPMF será de 0,38% neste e no ano que vem, caindo para 0,08% em 2004.

PÁGINA 3

Relator da LDO limita os cortes de verbas

O senador João Alberto Souza, relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003, apresentou várias mudanças restringindo a liberdade do próximo presidente da República de cortar verbas do Orçamento da União em seu primeiro ano de mandato. Os cortes deverão ser explicados ao Congresso em audiência pública.

PÁGINA 5



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Taxa de iluminação pública pode ser cobrada por DF e municípios

Senado aprova em segundo turno proposta de emenda à Constituição que autoriza a cobrança de taxa para custear serviço de iluminação pública

PÁGINA 3

Senado defende Nobel da Paz para a Pastoral da Criança

PÁGINA 2



111 anos do Senado na República

SESSÃO SOLENE LEMBRA PAPEL HISTÓRICO NA LUTA PELA DEMOCRACIA

PÁGINAS 4 E 5

Afastamento de marido agressor é avanço, diz Freire

Relator do projeto de lei que garante o afastamento do lar, por medida judicial, do cônjuge que representar ameaça física ou moral à família, o senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que, com a aprovação da matéria, foi dado um enorme passo em defesa principalmente da mulher, porque nos casos de violência doméstica geralmente o marido é o agressor. O projeto veio da Câmara dos Deputados, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), e seguiu para sanção presidencial.

Segundo Roberto Freire, a medida é um importante aperfeiçoamento do Código de Processo Civil. O requerimento de afastamento de casa do cônjuge que ameace física ou moralmente a própria família deve ser encaminhado diretamente ao juiz, por intermédio do Ministério Público ou da própria polícia.

— Estamos procurando, ao máximo, aperfeiçoar nossas leis, de modo a garantir proteção a mulheres e crianças. Nesse caso específico, vários estudos têm demonstrado que os altos índices de violência doméstica vão desde a simples intimidação moral à violência física e sexual. É uma idéia equivocada considerar que, no âmbito da família, as mulheres e crianças estão protegidas contra agressões e abusos — e isso acontece em todos os níveis sociais, afirmou Roberto Freire.

Reginaldo pede universidade no Vale do Cariri

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) apresentou indicação para que o Executivo inicie processo de instalação de universidade na região do Vale do Cariri, no semi-árido cearense.

Para o senador, o Cariri, que possui uma população de cerca de 1,2 milhão de habitantes, faz por merecer uma instituição pública de ensino superior. A indicação será analisada pela Comissão de Educação (CE).

Senado apóia indicação da Pastoral da Criança para Prêmio Nobel da Paz

Plenário acolhe o requerimento de apoio apresentado por Ramez Tebet e Artur da Távola. A organização atua no combate à mortalidade infantil em 62% dos municípios brasileiros

Foi aprovado ontem requerimento dos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do Senado, e Artur da Távola (PSDB-RJ), líder do governo na Casa, manifestando, junto ao Parlamento norueguês, irrestrito apoio do Senado à candidatura ao Prêmio Nobel da Paz do trabalho realizado pela Pastoral da Criança em prol da sociedade brasileira.

De acordo com o requerimento, o reconhecimento internacional que viria com o Prêmio Nobel da Paz daria “novo alento aos incansáveis esforços da pastoral” e



Ramez Tebet recebeu ontem a coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns Neumann

enfatizaria a importância do apoio do governo brasileiro à organização e aos programas desenvolvidos.

Tebet, ao encaminhar a votação, afirmou que o requerimento simboliza o reconhecimento aos serviços relevantes prestados às crianças do país pela pastoral. Távola considerou a iniciativa “um ato de profunda justiça” a um dos trabalhos sociais mais significativos do país. Para Távola, a concessão do Prêmio Nobel à

Pastoral da Criança daria reconhecimento ao Brasil como um dos países que mais esforços fa-

zem para erradicar a miséria.

A pastoral é uma organização não-governamental (ONG) ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Pela segunda vez é indicada pelo governo brasileiro ao Prêmio Nobel. A indicação, explicam os senadores, decorre do mérito do trabalho da ONG.

A organização atua na busca da queda da mortalidade infantil e está presente em 62% dos municípios brasileiros.

Ontem a coordenadora da pastoral, Zilda Arns Neumann, foi recebida por Ramez Tebet.

Ney Suassuna cobra rapidez nas medidas contra o crime

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez apelo aos parlamentares para que sejam mais ágeis na busca de soluções contra a criminalidade. “Não podemos perder dois ou três anos numa discussão estéril que não leva a nenhuma solução prática”, alertou. Lembrando o caso do jornalista Tim Lopes, Ney Suassuna revelou que o Brasil já está ao lado de países africanos e do Oriente Médio na escala de risco para a imprensa.

— A cada dia surgem novas siglas disputando espaço no crime organizado, que comandam seus atos de dentro das penitenciárias. O Brasil passou por muitas mudanças. Nem todas foram para pior, mas não conseguimos a segurança que queríamos.

Ney Suassuna sugeriu que seja feita triagem do que é urgente para ser realizado. É o momento, disse, de investir em educação, na Justiça e na modernização das polícias.

Tebet: Senado contribui para mudar lei

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que até 30 de junho o Senado deve votar matérias relativas à segurança pública.

— A violência tem recrudescido e o Senado tem contribuído em sua missão de promover o aperfeiçoamento da legislação, endossando diversas penas — disse.

Para Tebet, as mudanças na lei são apenas o pontapé inicial, pois

a legislação precisa ser aplicada e cumprida.

Ele acredita que a turbulência que o mercado sofreu ontem (o dólar chegou a R\$ 2,79) é “ligeira e vai passar” e que a aprovação da emenda constitucional que prorroga a cobrança da CPMF mostra ao mercado que o Congresso Nacional está cumprindo seu dever.

Maldaner quer eleitor jovem menos omisso

Uma campanha de esclarecimento, dirigida aos jovens para que descubram “que há políticos bem intencionados, sérios, que dedicam a vida à procura do bem público”, foi defendida ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele conclamou os eleitores, especialmente os que votarão em outubro pela primeira vez, para que não se omitam, votando em branco ou nulo. Também pediu que, antes de votarem, cobrem informações sobre o programa do partido e do candidato que pretendem eleger.

Infelizmente, lamentou, os votos dos menores de 18 anos não têm atingido a curva de crescimento esperada. Ele ressaltou que apenas 27,5% dos adolescentes aptos a votar requereram o título nas eleições de 2000, contra 50% em 1998. Conforme o senador, não comparecer às urnas ou optar pelo voto branco ou nulo é “uma dolorosa opção”.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h30 — Recebe o ministro Humberto Souto, presidente do Tribunal de Contas da União
11h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 31/02, renova o prazo fixado pelo artigo 4º da Resolução nº 20/01 (autorização para o estado da Bahia realizar operação de crédito — Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira); PR nº 33/02, autoriza a União a conceder garantia aos estados, Distrito Federal, municípios e suas entidades da administração indireta nas operações de crédito interno no âmbito do Prodetur, do Prodetur/NE II e do Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS II); substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o artigo 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PDL nº 5/02, aprova o texto do Acordo entre Brasil e Hungria sobre Cooperação nos Campos da Quarentena Vegetal e da Proteção de Plantas; PDL nº 7/02, aprova o texto do Acordo entre Brasil e Hungria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários nas Áreas Veterinária e de Saúde Pública Animal; entre outros.

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa ordinária

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso promulga emenda que prorroga CPMF

Proposta aprovada em última votação pelo Senado estabelece que, até o final de 2003, alíquota será de 0,38%, e recursos se destinarão à Saúde, à Previdência e ao Programa de Combate à Pobreza. Em 2004, alíquota cairá para 0,08%

Por 58 votos a favor, sete contra e duas abstenções, o Plenário do Senado prorrogou ontem a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2004. A proposta de emenda à Constituição (PEC) foi aprovada em votação final (segundo turno) e promulgada às 19h30, em sessão conjunta do Congresso presidida pelo senador Ramez Tebet.

De acordo com a proposta, nos anos de 2002 e 2003, a alíquota da CPMF será de 0,38%, ficando a Saúde com 0,20%; a Previdência, com 0,10%; e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com 0,08%. A partir de 2004 a CPMF cairá para 0,08%, destinando-se os recursos integralmente ao Fundo de Combate à Pobreza.

O texto foi aprovado sem a exigência do prazo de 90 dias entre a promulgação e o reinício da cobrança da CPMF, a chamada novotena. Com isso não haverá in-



Aécio Neves e Ramez Tebet, presidentes da Câmara e do Senado, assinaram o original da emenda que prorroga a contribuição

terrupção na cobrança, como o governo temia, pois sua prorrogação foi aprovada antes da data limite, que é dia 18 de junho. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou a emenda à PEC original eliminando a restrição.

Conforme a emenda constitucional, a partir de 30 dias depois de sua promulgação, as contas correntes utilizadas especialmente para operações em bolsas

de valores não pagarão o tributo. Isso significa que quem comprar e vender ações não vai pagar CPMF.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

A proposta também estabelece que lei complementar irá fixar as alíquotas mínima e máxima do Imposto Sobre Serviços (ISS). Enquanto a lei não for aprovada, a alíquota mínima do ISS não poderá ser inferior a 2%.

Presidente do Senado justifica supressão

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que a supressão pelo Senado de trecho da proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pela Câmara tem amparo legal. O texto suprimido é o que obrigava o cumprimento do prazo de 90 dias para que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), prorrogada pela PEC, começasse a ser cobrada. Para isso, afirmou o senador, é necessário que a parte suprimida se constitua em regra autônoma e independente em relação ao resto da proposição.

— A supressão é possível, sem o retorno da proposição à Casa ini-

ciadora, porque o texto resultante da votação nas duas Casas, em dois turnos em cada uma delas, será rigorosamente o mesmo, excluída a parte suprimida — explicou Tebet.

A dúvida, argumentou Tebet, já foi dirimida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ocasião do julgamento de ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo Partido dos Trabalhadores. “A supressão, em princípio, é possível, desde que recaia sobre uma norma autônoma”, afirma o ministro do STF, Sepúlveda Pertence, na decisão sobre a questão.

Tebet alegou ainda que o Senado tem precedentes a respeito. Ele

citou a aprovação da reforma da Previdência, feita por proposta de emenda à Constituição de cujo texto foi suprimido trecho. Este entendimento foi objeto de questionamento no Plenário do Senado, que, consultado, acabou ratificando-o.

A decisão do presidente do Senado foi elogiada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da proposta. Ele disse que a supressão é correta sob os pontos de vista formal, regimental e constitucional. Relator também da proposta de reforma do Judiciário, Cabral disse que o expediente deverá ser utilizado na tramitação dessa matéria.

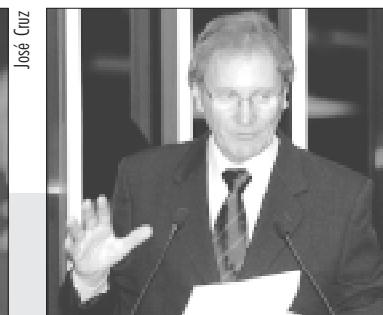
Tebet desvincula liberação de verba da aprovação da PEC

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que a liberação de recursos federais para o estado de Mato Grosso do Sul nada tinha a ver com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), como havia afirmado reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*.

— Não tem nada a ver com a CPMF, o governo é que está atrasado na liberação de recursos, fundamentais para haver investimento no país, todo mundo está lutan-

do por isso. O Executivo liberou recursos para Mato Grosso do Sul, para todas as unidades da Federação, cumprindo o orçamento. Nossa luta no Poder Legislativo é fazer que o governo cumpra o orçamento — disse.

Tebet afirmou que sempre lutará para levar recursos para o estado, que, na opinião dele, merece muito mais do que foi liberado nesta semana pelo governo federal. “Minha luta por Mato Grosso do Sul é que me trouxe ao Senado, agora estou aqui para defender o Brasil e o meu estado”, declarou.



Proposta foi apresentada por Álvaro Dias e Casildo Maldaner

Municípios poderão cobrar taxa de iluminação pública

Com a unanimidade de 67 votos favoráveis, o Senado aprovou ontem em segundo turno proposta de emenda à Constituição (PEC) de iniciativa dos senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) que autoriza o Distrito Federal e os municípios a cobrarem taxa para custear o serviço de iluminação pública. A taxa poderá ser incluída na conta de consumo de energia elétrica, desde que aprovada pela Câmara dos Deputados, para onde seguirá, agora que passou no Senado.

De acordo com o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

senador Luiz Otávio (PPB-PA), a partir da aprovação dessa PEC vários municípios que já cobram taxa de iluminação pública passarão a contar com respaldo legal. A cobrança havia sido considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

O Senado também aprovou em segundo turno proposta de emenda à Constituição que incorpora os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União. A medida só se aplica aos policiais que prestavam serviços ao então território na data em que foi transformado em estado.

“Imposto do cheque” surgiu em 1993

Adoção de um tributo provisório sobre movimentação financeira foi instituída pela primeira vez em 1993, por meio da Lei Complementar nº 77. Na época, o tributo chamava-se Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e tinha alíquota de 0,25%, que incidia sobre o movimento bancário — daí ficar conhecido pela população como o “imposto do cheque”. O IPMF vigorou durante o ano de 1994.

Em 1996, o governo federal de-

cidou recriá-lo, com o nome de CPMF e alíquota menor, de 0,2%. A contribuição foi autorizada pela Lei nº 9.311 e a cobrança iniciou-se em janeiro de 1997. Desde então, a CPMF tem sido sistematicamente prorrogada. Em 1999 a alíquota subiu para 0,38%.

Entre 1994 e o ano passado, a arrecadação com o imposto do cheque apresentou um crescimento real de 63,5%, passando de R\$ 10,99 bilhões para R\$ 17,97 bilhões (em valores atualizados para dezembro de 2001). No ano pas-

sado, a CPMF foi o sexto imposto de maior arrecadação no país, segundo a Receita Federal. O aumento deveu-se, principalmente, ao aumento da alíquota.

Do valor arrecadado com a contribuição, 42% ficam com o Ministério da Saúde, 21% com a Previdência, 21% com o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e 16% com a Desvinculação de Receitas da União (DRU). A DRU é uma parcela do Orçamento da União que não está amarrada a despesas específicas.

Plenário aprova novo diretor para ANP

A mensagem presidencial indicando o engenheiro Newton Reis Monteiro para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) foi aprovada ontem pelo Senado.

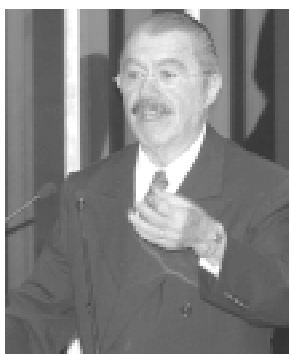
Na semana passada, Newton Monteiro — que trabalha há 38 anos na Petrobras — foi sabatinado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), tendo defendido a criação e o desenvolvimento da pequena e média empresa brasileira de petróleo. Ele avalia que há condições para o surgimento no Brasil de uma indústria independente no setor.

O Plenário também aprovou a escolha de Marcos Camacho de Vicenzi para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Líbano.

111 ANOS DO SENADO

Sessão solene dá início às comemorações

Por requerimento do senador José Sarney (PMDB-AP), o Senado realizou ontem sessão solene para dar início às comemorações dos seus 111 anos de existência na República. Entre as autoridades presentes estava o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Edson Vidigal.



José Sarney apresentou o requerimento para realização da homenagem

Roosevelt Pinheiro
tacou o documento. — O Senado é o farol que orienta a nação em seus momentos difíceis — afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Ao encerrar a solenidade, o presidente Ramez Tebet ressaltou o papel do Senado moderno, que in-

centiva a cidadania e a participação dos mais jovens nos destinos da nação. Para ele, o Senado não tem faltado ao seu dever, “trabalhando com afinco” na defesa dos direitos humanos e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

— Vamos enfrentar os desafios dessa globalização cruel, encontrando mecanismos para nos defender das imposições dos países mais fortes — ressaltou Tebet.

O Senado, por definição a Casa revisora das ações da Câmara dos Deputados, sempre abrigou os políticos mais experientes, desde Rui Barbosa e Pinheiro Machado, des-



Várias autoridades participaram da sessão comemorativa, entre elas o ministro Edson Vidigal, do STJ

José Cruz

Simon ressalta papel dos senadores no “impeachment” de Collor

Ao discursar na sessão solene comemorativa dos 111 anos do Senado na República, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que, entre os muitos momentos importantes que a Casa patrocinou na vida da República, o mais relevante foi o *impeachment* do presidente Fernando Collor. No episódio, o Congresso, e em especial o Senado, tirou democraticamente do poder um presidente da República que não estava cumprindo seu dever, afirmou.

Para Simon, o Senado dos dias de hoje “sabe honrar suas tradições”, com cada senador procurando fazer o melhor.

— Podemos divergir de algumas posições políticas, mas temos que respeitar a integridade e a seriedade com que cada senador defende os interesses do Brasil e de seu estado em particular — disse.

TRIBUNOS

Simon homenageou os melhores tribunos que marcaram a história do Senado, desde o maranhense Gomes de Castro, ainda no Império, ao paraense Jarbas Passarinho, passando pelo baiano Rui Barbosa, o gaúcho Luís Carlos Prestes e o piauiense Petrônio Portella.

Ao falar do gaúcho Paulo Brossard, Simon lembrou o momento histórico em que seu conterrâneo denunciou a existência de tortura praticada pela ditadura militar. Em 17 de março de 1981, o ex-senador disse que “a tortura é legalmente incompatível com a natureza, as atribuições e a finalidade das Forças Armadas, que não poderiam acobertá-la sem associar-se a ela”.



Simon: Senado sabe honrar suas tradições

Lobão lembra importância de Petrônio Portella na volta à democracia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a atuação de Petrônio Portella entre os momentos especiais em que o Senado lutou, “de maneira ímpar”, na defesa da democracia brasileira, nos seus 111 anos de existência.

— Foi o senador Petrônio Portella que, em sintonia com o presidente Ernesto Geisel, deu início aos entendimentos com a oposição e segmentos representativos da sociedade brasileira para preparar as reformas políticas que culminariam, em 1985, com a conclusão do ciclo militar e a passagem do poder aos civis.

Segundo Lobão, o Senado sempre esteve atento às necessidades e aos reclamos dos brasileiros, procurando aprimorar sua ação legislativa e institucional. — Aqui discutimos o passado e o presente, preparando o futuro de nosso país. E o fazemos sem preconceito, a partir dos mais variados pontos de vista, abrindo perspectivas de abordagem e introduzindo outros enfoques capazes de permitir nova compreensão da realidade brasileira.

AÇÃO POLÍTICA

O senador destacou que, “quando todos os caminhos parecem inviáveis, quando as soluções técnicas e burocráticas se esgotam, resta sempre a ação política”. Essa via, construída na liberdade, pluralidade e respeito ao outro, ressaltou, é o modo universal de os homens e mulheres que atuam na cena pública resolverem conflitos.

Segundo ele, os dias de hoje encontram um Senado que se moderniza, “atento às transformações de cunho estrutural” por que passam o Brasil e o mundo.



“Aqui preparamos o futuro”, considera Lobão

José Cruz

Vídeo mostra participação na história política do país

Na abertura das comemorações dos 111 anos do Senado na República, ocorrida ontem, a TV Senado exibiu em Plenário documentário que apresenta um panorama da participação da Casa na vida política do país.

Produzido a partir de pesquisa realizada no Arquivo e na Biblioteca do Senado Federal, sob a consultoria do professor Antônio Barbosa, o vídeo mostra fatos importantes da vida política brasileira, como a inauguração do prédio do Congresso em Brasília, o governo João Goulart e o fechamento do Congresso em 1977, além de manifestações populares ocorridas na vida republicana desde a Constituinte de 1891.

Os jornalistas Mauro Santayanna e Rubem Azevedo Lima, testemunhas de muitos dos episódios da história recente, participam do documentário com depoimentos sobre a importância do papel do Senado na construção e manutenção da democracia no Brasil. Trechos de discursos históricos pronunciados da tribuna, de Rui Barbosa a Paulo Brossard, também ilustram o vídeo.

Com direção e roteiro das jornalistas Maria Maia e Marilena Chiarelli, e realizado com apoio da Secretaria de Comunicação Social do Senado, que tem à frente o jornalista Vagner Caldeira, o documentário é um dos primeiros trabalhos idealizados pela comissão especial que organiza as comemorações dos 111 anos do Senado na República.

O vídeo será exibido na TV Senado a partir deste final de semana. No sábado, às 11h30, 20h e 22h30; no domingo, às 9h, 15h e 22h30. A sessão especial aberta com a exibição do vídeo da TV Senado será reapresentada na íntegra no sábado, às 14h30.

Escolas de Brasília já manifestaram interesse em obter cópia para apresentar o vídeo nas salas de aula como apoio didático. Outras escolas interessadas no documentário podem encaminhar solicitação à TV Senado pelo telefone gratuito 0800-612211, ou enviar mensagem para o endereço eletrônico tv@senado.gov.br.

111 ANOS DO SENADO

Instituição tornou-se referência internacional, diz Carlos Wilson

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), disse ontem em Plenário que a Casa tem muito a comemorar nos seus 111 anos de funcionamento na República. A instituição, observou, é referência internacional na área de informática e garante a transparência dos trabalhos por meio das ondas de suas emissoras de rádio e televisão, uma agência de notícias em tempo real e um jornal diário.

O senador elogiou a construção da primeira comunidade política virtual, o Interlegis, que interligará o Senado, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União (TCU) às 27 assembleias legislativas estaduais e às mais de cinco mil câmaras de vereadores espalhadas por todo o país. Registrou também a criação do Unilegis, primeira universidade legislativa do



Carlos Wilson: Senado tem muito a comemorar

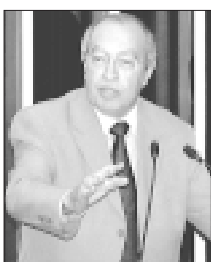
país, e trabalho desenvolvido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Gráfica do Senado.

— São conquistas que nos orgulham muito. A mais importante conquista do Senado, no entanto, é mérito de toda a sociedade brasileira. Aqui ninguém é cerceado pelo pensamento ou discriminado por seu ideal. Quero cumprimentar cada um dos funcionários da Casa e dizer que a liberdade não é uma conquista fugaz — afirmou.

O senador fez retrospectiva da história da Casa desde a sua fundação, em 1891, ainda sob o impacto da Proclamação da República, até os dias de hoje. Ele observou que as grandes decisões da República passaram pelo Senado, que pode ser visto, disse, como a “caixa de ressonância” da sociedade brasileira.

Alcântara destaca controle dos atos do Poder Executivo

Ao comemorar os 111 anos de existência, o Senado se firma e sobressai, segundo o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), como “sustentáculo da democracia e do processo político nacional”. Em seu discurso em homenagem à data, destacou a atuação da instituição



Alcântara: momento atual é de rara afirmação

brasileira mais antiga no controle dos atos do Poder Executivo, perseguindo sempre a construção de um modelo de democracia baseado nos princípios de justiça e equidade.

— Vemos nesta cerimônia a oportunidade de refletir sobre o papel do Senado na vida nacional — declarou Alcântara, sem esquecer da importância de se avaliar, também, a imagem que a população brasileira tem da instituição.

Na opinião de Alcântara, o Senado vive hoje um momento de “rara afirmação”, pois, observou, pela primeira vez no período republicano está mergulhado em um regime democrático que não sofre contestação.

— O que se vê é o enfrentamento

de grandes questões de desenvolvimento social, disse.

Apesar de vivenciar um período de plenas liberdades, o Senado brasileiro experimentou, ao longo de sua existência, momentos de cerceamento de suas atividades, conforme registrou Alcântara. E acrescentou: “Fechado na Proclamação da República, levou dois anos para reabrir, tendo suas portas fechadas e vozes caladas pelo arbítrio de quem teme a democracia em diversos outros momentos da história nacional”.

Mesmo nas décadas de repressão, observou, o Senado nunca interrompeu os debates sobre as grandes questões nacionais. Ele lembrou dos embates parlamentares travados entre o baiano Rui Barbosa e o gaúcho Pinheiro Machado, na época da República Velha, e daqueles entre o senador Jarbas Passarinho, pela situação, e os senadores Paulo Brossard, Franco Montoro e Marcos Freire, pela oposição, durante o regime militar.

Relator da LDO quer limitar cortes no Orçamento da União

Relatório apresentado por João Alberto impõe dificuldades para o futuro presidente da República contingenciar verbas orçamentárias

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), apresentou ontem várias mudanças à proposta, impondo limites na liberdade de o próximo presidente da República cortar verbas do Orçamento da União em seu primeiro ano de mandato. Entre outras coisas, os cortes ou contingenciamentos terão de ser explicados ao Congresso, em audiência pública. Se as emendas apresentadas por um parlamentar forem liberadas, mas outras de seus colegas forem bloqueadas, o presidente também terá de dar explicações. O relatório deve ser votado na próxima semana.

Outra mudança impede que o presidente da República peça créditos adicionais ao Congresso mais de duas vezes ao ano, em maio e outubro. Atualmente, é corriqueiro o presidente cortar o orçamento aprovado e depois, ao longo do ano, pedir créditos adicionais, beneficiando projetos de seu interesse. Em média, nos últimos anos, o Executivo solicitou autorização para usar R\$ 7 bilhões em créditos adicionais, argumentando ter havido “excesso de arrecadação”.

— Estamos aproveitando que ninguém sabe quem será o próximo presidente da República para aprovar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias em que o presidente terá sempre de dar explicações ao Congresso sobre cortes de verbas. Não estamos obrigando o presidente a cumprir o orçamento que sai do Congresso, mas estamos dando um passo a mais para impedir alguns privilégios — afirmou.

ARRECADAÇÃO

João Alberto discordou da proposta do Executivo enviada ao Congresso e restabeleceu o artigo que permite aos parlamentares reavaliarem a receita projetada pelo governo no orçamento. Os deputados e senadores que apoiaram o relator lembraram que o governo tem utilizado do expediente de prever receitas menores, para que conte com excesso de arrecadação no segundo semestre. Nos últimos dois anos, o salário mínimo teve reajustes acima da inflação porque, entre outras



Comissão Mista de Orçamento iniciou ontem mesmo a discussão do relatório apresentado por João Alberto (C) à LDO

Mudanças propostas para o Orçamento

Qualquer corte ou contingenciamento de verbas do Orçamento terá de ser explicado detalhadamente ao Congresso.

O Executivo só poderá pedir créditos adicionais ao Congresso em maio e outubro. Acaba a possibilidade de enviar pedidos todo mês aos parlamentares.

A liberação de verbas previstas em emendas dos parlamentares terá de ser igualitária, sem privilégios. O Congresso poderá pedir explicações sobre bloqueio de verbas de emendas parlamentares.

Qualquer cidadão poderá ter acesso, pela Internet, a informações sobre a liberação de verbas, no Siafi — Sistema Integrado de Informações da Administração Federal.

Será acelerada no Congresso a liberação de verbas para obras com irregularidades cujo problema for resolvido.

Governo não poderá alterar a lista de seus projetos prioritários, exceto se pedir ao Congresso.

Custos de obras públicas seguirão o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido pela Caixa Econômica Federal (CEF), e não mais o Custo Unitário Básico, da indústria da construção.

Bancos oficiais remeterão ao Congresso relatórios semestrais sobre empréstimos concedidos com créditos subsidiados.

coisas, os parlamentares recalcularam a arrecadação prevista, gerando receitas adicionais.

O senador não mexeu na previsão do governo de que a economia crescerá 4% em 2003, a taxa de juros deverá ficar em 12,84% e a inflação se manterá em 4% no ano. Também não foi alterada a previsão de que a União terá superávit primário em suas contas de R\$ 31,9 bilhões — 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Conforme a proposta do Executivo, a cotação média do dólar no próximo ano ficará em R\$ 2,42, valor considerado otimista no Congresso.

O relator também não colocou previsão de aumento para o salá-

rio mínimo e o funcionalismo federal em 2003. Ele argumenta que o assunto terá de ser tratado pelo Congresso no segundo semestre, quando estiver em discussão o projeto de orçamento propriamente dito. No entanto, a LDO prevê que os benefícios da Previdência Social serão reajustados conforme a inflação passada. João Alberto disse que o dinheiro do orçamento “será tão curto” que não encontrou formas de cortar R\$ 4 bilhões para dar aumento de 20% para o salário mínimo.

Foram apresentadas 1.163 emendas à LDO. O relator só aceitou uma parte delas, a maioria parcialmente.

MEIO AMBIENTE

Jucá comemora a queda no desmatamento da Amazônia

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), comunicou em Plenário sua satisfação com as notícias publicadas no dia 10 pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* apontando dados que demonstram redução de 13% no desmatamento da região amazônica.

Segundo Jucá, o fato representa o resultado de ação concreta do governo federal e dos estados no combate aos crimes ambientais e na defesa da ecologia. Ele destacou outra ação governamental, que, avaliou, também está contribuindo para a redução do desmatamento: a implementação, em localidades amazônicas, de um modelo de desenvolvimento auto-sustentável.

O senador relatou que Roraima inovou nessa área, pois está desenvolvendo projeto piloto de reflorestamento do estado com o apoio de entidades federais. Jucá informou que o Acre também está atuando no sentido de preservar o meio ambiente, estimulando, paralelamente, o desenvolvimento econômico e social do estado.

Jefferson: nível da devastação deve envergonhar o país

Após discurso do senador Romero Jucá festejando a redução de 13% no desmatamento na Amazônia, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou a comemoração, afirmando que os índices de desmatamento no Brasil ainda são muito elevados para que se possa manifestar orgulho pelos dados sobre o assunto.

Para Jefferson, fatos como a devastação, no país, de 17 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica no ano de 2000 devem causar vergonha e tristeza aos brasileiros. O mais grave, acrescentou Jefferson, é que o desmatamento atingiu, em sua maioria, matas primárias.

O senador observou que a área desmatada na Amazônia até os dias atuais corresponde à extensão territorial de um Líbano e meio ou de uma Itália inteira.

— É preciso que a consciência



Romero Jucá destaca ação dos governos federal e estaduais em favor da preservação

ESCOLA TÉCNICA

Jucá congratulou os funcionários, professores, alunos e diretores da Escola Técnica Federal do estado de Roraima pelo aniversário de nove anos da instituição.

Segundo o senador, a escola, criada por ele quando governador de Roraima, presta serviço de excelente qualidade na formação de técnicos especializados em diversos setores. Por esse motivo, informou, esse estabelecimento de ensino estará oferecendo, a partir de 2003, cursos técnicos de nível superior.



Jefferson: "Só posso me rejubilar quando níveis de desmatamento estiverem próximos de zero"

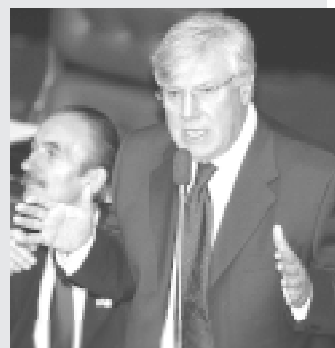
ecológica ainda esteja muito distante deste país para termos júbilo com uma situação como essa. Só posso me rejubilar quando os níveis de desmatamento estiverem próximos de zero — acrescentou Jefferson, reforçando sua condenação à prática, que qualificou de comum no Brasil, de crimes ecológicos.

Lando defende votação da MP do Código Florestal

O senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu ontem à liderança do governo que se empenhe para colocar imediatamente em votação projeto de conversão da medida provisória (MP) que obriga os agricultores da Amazônia a preservarem 80% de suas terras.

Para Lando, com a inclusão, na pauta, da medida provisória, alguns senadores, como ele, terão a oportunidade de mostrar que a preservação de 80% das propriedades rurais, conforme estabelece a MP, "representa uma autêntica algema para o crescimento da Amazônia, principalmente para o estado de Rondônia".

— Rondônia já não suporta mais tanta pressão de órgãos ambientais e de organizações não-governamentais (ONGs), no sentido de impedir o crescimento de suas fronteiras agrícolas. É necessário estabelecer um zoneamento econômico e ecológico a fim de que o estado possa produzir e, ao mesmo tempo, preservar a mata — sustentou Lando.



Amir Lando diz que MP "representa autêntica algema para o desenvolvimento"

Moreira condena destinação de 80% de área para reservas

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) informou ontem que está fazendo gestões junto ao governo federal para que seja modificada, com urgência, a medida provisória (MP) que alterou o Código Florestal para estabelecer a obrigatoriedade de as propriedades rurais da região amazônica destinarem 80% de suas áreas a reservas florestais.

— Esta legislação é um erro, pois não leva em consideração os elementos socioeconômicos tão relevantes para aquela região — reclamou o senador, defendendo soluções voltadas para investimento em tecnologia, apoio a programas de extensão rural e projetos de desenvolvimento auto-sustentável para as atividades locais.

Moreira lembrou que, na região, vivem cerca de 22 milhões de brasileiros. Ele disse que a medida provisória torna inviáveis os principais projetos de desenvolvimento das comunidades e das empresas agropecuárias regionais.

Como exemplo de solução combinada de preservação ambiental e desenvolvimento econômico, o



Moreira Mendes quer conciliar preservação da natureza com avanço econômico-social

senador relatou experiência de seu estado, Rondônia. Segundo descreveu, grupos das diversas comunidades envolvidas realizaram debates, audiências públicas e estudos para elaborar um documento amplo e descritivo do que pode e do que não deve ser explorado na região.

Moreira comunicou que continuará atuando junto ao governo federal no sentido de modificar a MP, defendendo o estudo de saída capaz de atender a duas necessidades da região: a conservação ambiental e o avanço econômico-social.

Suassuna aplaude indicações para direção de agência

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) congratulou ontem o governo pelo envio ao Senado, ainda nesta semana, das mensagens presidenciais indicando os nomes para



Suassuna: agências podem auxiliar desenvolvimento

as futuras diretorias das Agências de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Amazônia (Ada).

O senador relatou que, enquanto ocupou o Ministério da Integração Nacional, fez o possível para agilizar as novas agências, que substituíram as antigas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

Na sua opinião, mesmo que as duas agências contem com recursos limitados — R\$ 1,5 bilhão por ano em conjunto, contra R\$ 36 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) —, poderão auxiliar a retomada do desenvolvimento.

Heloísa: gangue de ricos agride rapaz em Maceió

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou ontem indignação com episódio ocorrido no fim da semana passada em Maceió, em que Lucas, filho adolescente de professores universitários, foi espancado por gangue de filhos de pessoas ricas e influentes no estado de Alagoas. Heloísa Helena exigiu que a polícia apure os fatos e puna os culpados pelo crime.

— Quando os filhos de alguns políticos preservam comportamentos de banditismo pela certeza da impunidade é muito grave — afirmou Heloísa, solicitando que o governo do estado de Alagoas faça acompanhamento rigoroso das diligências da investigação sobre os agressores.

A senadora acrescentou que os rapazes da gangue devem ter agredido Lucas pelo fato de este não ser conivente com o banditismo e com a impunidade no país.

— A mesma lei deve ser aplicada com flexibilidade para o fraco e de forma implacável para o marginal contumaz e que confia na impunidade.

Sucessão presidencial domina debate no Plenário

A campanha pela Presidência da República, com seus reflexos na economia, foi o principal tema em debate nas sessões de ontem do Senado, motivando pronunciamentos de sete senadores. Em apoio à candidatura do PT, falaram Heloísa Helena, José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy, para quem parece existir uma conspiração contra a eleição de Lula. Entre

os partidários de José Serra, Romero Jucá refutou a hipótese de conspiração com participação do Palácio do Planalto, enquanto Geraldo Melo e Artur da Távola apontaram o que consideram contradições petistas. José Fogaça, do PPS, defendeu a candidatura de Ciro Gomes, salientando a experiência administrativa do ex-governador cearense.

Suplicy suspeita de uma conspiração internacional

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem pela manhã, em Plenário, que parece existir neste momento uma conspiração internacional contra a eleição do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, à Presidência da República. Suplicy condenou a criação, por um banco norte-americano, do "lulômetro", índice que apontaria a influência das chances eleitorais de Lula sobre o câmbio.

— Essa conspiração parece unir o Palácio do Planalto ao candidato José Serra e a instituições financeiras internacionais, passando pelo megainvestidor George Soros, para quem trabalhou o presidente do Banco Central, Armínio Fraga — disse.

Se há algum responsável pela crise no mercado financeiro, afirmou Suplicy, são os próprios condutores da política econômica. Ele disse não poder aceitar o que classificou de "terrorismo econômico", que teria o candidato do PSDB, José Serra, a seu ver, como um de "seus principais porta-vozes".

Em novo pronunciamento, à tarde, respondendo declarações do líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), de que o PT não mostra a verdadeira face na campanha eleitoral, Suplicy disse que Lula tem, na verdade, assumido publicamente o compromisso de fazer o que o presidente Fernando Henrique Cardoso não fez: acabar com a profunda injustiça social que existe no Brasil.

Jucá compara favoritismo ao da França na Copa

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, contestou a suposta participação do Palácio do Planalto e do candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, em um hipotético complô contra a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

— Por mais importante que o PT ache que Lula é, seria um pouco demais pensar que o mundo se uniu para evitar que ele seja presidente do Brasil — afirmou Jucá, em resposta a pronunciamento do senador Eduardo



Eduardo Suplicy

Roosevelt Pinheiro

Suplicy.

Jucá questionou ainda o atual favoritismo do candidato do PT. Na sua opinião, Lula é tão favorito hoje quanto eram, pouco antes do início da Copa do Mundo, a Argentina e a França, que acabam de ser eliminadas.

Heloísa: atribuir intenção de calote a Lula é mentira

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o senador José Serra "está mentindo" ao declarar aos jornais que o nervosismo do mercado financeiro se deve a uma candidatura de oposição que prega o calote da dívida pública.

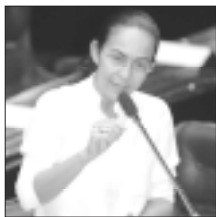
— Esse senhor está mentindo. É bom que ele venha ao Plenário para dizer que a jornalista se equivocou, porque está mentindo quando diz "há um candidato que prega o calote", atribuindo a Lula esse tipo de comportamento, o que é uma vergonhosa mentira — afirmou a senadora.

Heloísa Helena disse que "setores importantes da base governista estão tentando atribuir a outros a vulnerabilidade econômica causada pela incompetência política do governo de administrar problemas econômicos graves do país". Ela lamentou que ninguém do governo tenha combatido as declarações do investidor húngaro naturalizado norte-americano George Soros, segundo o qual José Serra tem de ganhar a eleição no Brasil, pois do contrário seria o caos.

O partido mudou porque o Brasil mudou, diz Dutra

"O PT é um partido que tem mudado, sim. O PT de 2002 não é o mesmo de 1980, por motivos óbvios. Porque o Brasil de 2002 não é o Brasil de 1980, nem o mundo de 2002 é o mundo de 1980." A afirmação foi feita ontem à tarde pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para refutar discurso em que, de manhã, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) apontara contradições nas posições petistas.

Dutra disse que a grande vontade do PSDB é dizer ao PT "eu sou vocês amanhã". Mas, assegurou, isso não acontecerá, porque o PT tem mudado, e porque mudar é a obrigação de qualquer legenda partidária inserida na



Heloísa Helena

José Cruz

realidade. Citando o deputado José Genoíno (PT-SP), Dutra salientou: "Nós temos tido a capacidade de mudar sem mudar de lado". E acrescentou que não foi isso o que ocorreu com o PSDB, até porque Melo afirmara que o partido do governo não estava disposto a aceitar responsabilidades que não eram dele.

— Senador Geraldo Melo, a situação que o Brasil vive hoje é responsabilidade de Vossa Excelências sim, do governo que Vossa Excelência apóia, do partido de Vossa Excelência — sustentou.

Melo vê contradição em discursos petistas

Na opinião do líder do PSDB, senador Geraldo Melo, a insegurança no mercado financeiro é uma demonstração natural da incerteza sobre o futuro político e da economia do Brasil. Ele dirigiu-se aos senadores Heloísa Helena e José Eduardo Dutra para afirmar que o discurso deles sobre o assunto divergia da posição que tem sido defendida pelo candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

— Esse discurso não é mais o discurso do seu partido, que não considera mais, de acordo com Lula, que o Brasil seja a senzala dos Estados Unidos. Pelo contrário, no discurso atual do candidato do PT, existe a defesa de alinhamento com o Fundo Monetário Internacional e a criação de um ambiente necessário para que os investidores internacionais empreguem recursos no Brasil — ressaltou.

Geraldo Melo afirmou ainda que tanto a sociedade quanto os empresários estão percebendo tal contradição:

— A verdade é que ninguém sabe qual Lula governará o país, se ganhar as eleições. Se o que defendia a moratória das dívidas com os bancos internacionais ou o que defende os investimentos externos — frisou.

Távola acusa PT de jogar com duas estratégias

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), disse que o Partido dos Trabalhadores e seu candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, têm que se definir: se vencer a eleição, o candidato do PT imporá um governo estatizante, com



Geraldo Melo

José Cruz

ações antiempresariais, ou será a esquerda moderna que o marketing de campanha tenta vender à opinião pública? "Será o Lula lá, ou o Dula lá?", perguntou Távola, fazendo uma fusão do nome do publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha do candidato petista, com o do próprio Lula.

O líder do governo disse que a tese central do PT tem sido o calote da dívida externa, a elevação da carga tributária e as ações antiempresariais, como ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o governador Olívio Dutra impediu a implantação de uma fábrica da Ford.

— O PT sempre jogou com duas estratégias, a eleitoral, que se diz moderna, e a que se mostra defensora de um Estado máximo, intervencionista, e não um Estado mediador entre as forças sociais — afirmou.

Távola frisou que o governo vem lutando para reverter um caos instalado por vários anos de incúria administrativa, com a necessidade de US\$ 20 bilhões por ano para fechar as contas externas, com um déficit previdenciário de R\$ 11 bilhões por ano, sempre com o voto contrário do PT no Congresso.

Fogaça elogia confirmação da candidatura de Ciro

O senador José Fogaça (PPS-RS) elogiou a confirmação da chapa liderada por Ciro Gomes para a disputa da Presidência da República.

Ele disse estar satisfeito com a aliança entre o PPS e os demais partidos que formam a Frente Trabalhista, PDT e PTB.

— Temos consciência de que o PPS escolheu seu melhor nome — enfatizou Fogaça, ressaltando o preparo de Ciro Gomes para a função, em especial pela experiência administrativa e política do candidato.

Fogaça criticou, porém, a notícia de que o PDT teria feito a exigência de que Ciro Gomes frequentasse apenas o palanque de seu candidato ao governo gaúcho, José Fortunati.

— Fortunati é um homem correto e eu sei que ele não participou de uma ação dessa natureza — afirmou.

Para Fogaça, se Ciro Gomes fosse obrigado a cumprir uma "condição esdrúxula" como essa estaria cometendo um ato de indignidade política incompatível com sua história ética e moral. Ele comunicou ainda que o PPS não aceita tal imposição, pois defende o apoio de Ciro ao candidato do partido ao governo gaúcho, Antonio Britto.



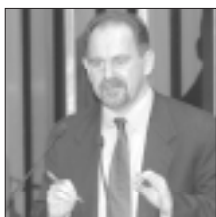
José Fogaça

Roosevelt Pinheiro



Romero Jucá

José Cruz



Eduardo Dutra

Roosevelt Pinheiro



Artur da Távola

Roosevelt Pinheiro



Célio Azevedo

Para Juvêncio, despachantes vão alcançar merecido reconhecimento profissional

Conselho Federal dos Despachantes é aprovado na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) favorável a projeto de lei do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que cria o conselho federal e os respectivos conselhos regionais dos Despachantes Documentalistas. O projeto segue agora para o Plenário do Senado.

Para Juvêncio da Fonseca, com a aprovação do projeto, os despachantes vão alcançar o reconhecimento funcional, impondo-se como parte integrante dos sistemas onde atuam "como profissionais reconhecidamente competentes para o exercício da profissão".

De acordo com o projeto, o exercício da profissão de despachante documentalista será privativo das pessoas habilitadas pelo conselho regional de sua respectiva jurisdição, nos termos das normas baixadas pelo conselho federal.

DEPÓSITO

Na mesma reunião, a CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), rejeitou projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que pretendia extinguir a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas. De acordo com Osmar Dias, tal exigência pode "cristalizar a injustiça de uma decisão judicial, impedindo a sua revisão".

O relator da matéria, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), foi contrário à aprovação do projeto por entender que o depósito recursal representa uma garantia da execução das sentenças condenatórias. "Se é verdade que o depósito traz ônus ao empregador, também é verdade que a demora e a protelação das ações trabalhistas oneram, da mesma forma e com mais intensidade, o Estado e a própria sociedade", justificou.

Comissão discute subsídio para aviação na Amazônia

Projeto prevê tarifa adicional de 1% nas passagens aéreas para as demais regiões, a fim de socorrer empresas que operam no Norte do país

Em audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse estar convencido do acerto de sua proposta de restabelecer, por meio de lei, o adicional tarifário sobre as passagens aéreas em geral, de modo a criar uma fonte de recursos para subsidiar as companhias aéreas que operam na Amazônia. Para Mozarildo, essa é a única forma de prestar socorro rápido a tais empresas, atualmente enfrentando grandes dificuldades.

A audiência pública permitiu à comissão ouvir a opinião de empresários e líderes do setor sobre a medida, prevista em projeto de lei de Mozarildo, com substitutivo do relator, Leomar Quintanilha (PFL-TO). A matéria terá decisão terminativa na CI.

De acordo com a proposta, as passagens aéreas para regiões de fora da Amazônia estariam sujeitas a uma tarifa adicional de 1% a



Célio Azevedo

Proposta de Mozarildo Cavalcanti foi discutida em audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura, onde terá decisão terminativa

fim de subsidiar o transporte aéreo na região amazônica. A tarifa adicional vinha sendo cobrada com base numa portaria baixada pelo Ministério da Defesa (nº 101, de fevereiro de 2000). Entretanto, as grandes companhias aéreas questionaram sua cobrança na Justiça e obtiveram liminar para garantir o não-recolhimento desse adicional tarifário.

Quintanilha disse que a propos-

ta não é ideal, mas resolve emergencialmente o problema e estimula o debate para que sejam encontradas soluções definitivas destinadas a fortalecer o setor aeroviário.

Ao manifestar-se favorável ao projeto, o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) classificou a proposta como "uma fórmula desesperada de dar mais suporte às empresas aéreas que atuam na Amazônia".

Proposta divide empresários e líderes do setor

Representantes das principais companhias aéreas regionais que operam na Amazônia disseram ontem, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que terão que encerrar suas atividades na região caso não recebam subsídios para atenuar os altos custos operacionais que vêm enfrentando.

Participaram da audiência pública da CI dirigentes das principais companhias aéreas regionais que operam na Amazônia: Átila Yurtserver, da Rico; José Idalberto da Cunha, da Tavaj; e Francisco Assunção Mesquita, da Meta.

Também compareceram ao debate Graziella Baggio, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, e George Ermakoff, presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias e presidente da Rio Sul. A audiência foi presidida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Átila Yurtserver disse que as companhias aéreas que atuam na Amazônia realizam um trabalho de integração nacional, suprimindo a

carência de transportes na região.

— Atendemos municípios que distam 900 quilômetros de Manaus, a cidade mais próxima capaz de prestar socorro médico a uma pessoa — exemplificou.

Os aviões, ressaltou o empresário, são o único meio de transporte para muitas localidades no Norte do país, onde não há ferrovias, hidrovias ou rodovias.

— As pessoas lá — frisou — estão isoladas do resto do país.

CUSTO

O empresário José Idalberto disse que as companhias aéreas regionais que operam na Amazônia têm, todas elas, custos em dobro, seja de combustível, de mão-de-obra ou de peças de reposição.

— Nós compramos tudo em dólar e vendemos nossos serviços em real e fiado — observou, referindo-se à venda das passagens por meio de cartão de crédito.

É comum, segundo Idalberto, que aviões com 45 lugares trafeguem na Amazônia somente com dois passageiros, pela baixa den-

Francelino defende projeto que muda nome de faculdade

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse ontem, em Plenário, que espera ver definitivamente aprovado pelo Congresso Nacional projeto de lei de autoria do Poder Executivo que altera para Faculdades Federais Integradas de Diamantina (MG) o nome da atual Faculdade Federal de Odontologia da cidade.

Relator da matéria, Francelino observou que a alteração tornou-se imprescindível após autorização para o funcionamento, em Diamantina, dos cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal, resultando na criação de uma faculdade de Ciências Agrárias a ser incorporada à estrutura já existente.

O projeto será apreciado na próxima semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Maldaner pede apoio para os suinocultores

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou ontem a importância de encontro entre suinocultores e empresários do setor, realizado na semana passada no município de Seara (SC), durante o qual foram debatidos os problemas que impedem o crescimento da suinocultura em todo o país.

Casildo Maldaner informou que, ao final do encontro, foi divulgada a Carta de Seara, que solicita, entre outras medidas, a urgente revisão da lei do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que trata da reposição do crédito devido aos produtores, a ser feita pelo governo estadual.

A ampliação dos programas de assistência técnica e sanitária para o setor e a transferência dos estoques governamentais de milho, com sua imediata colocação à venda por preço viável para a suinocultura, são outras reivindicações da Carta de Seara destacadas, em Plenário, pelo senador.



José Cruz

Francelino quer ver matéria aprovada

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Casildo Maldaner e Reginaldo Duarte